

18



**MARINA SILVA PRESIDENTE
EDUARDO JORGE VICE**

**BRASIL JUSTO, ÉTICO,
PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL**

COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL - REDE / PV

BRASIL JUSTO, ÉTICO, PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL

Vivemos um momento de desesperança profunda com a política e os políticos. Interesses, privilégios e corrupção sabotam a confiança dos brasileiros na possibilidade de um país justo, ético, próspero e sustentável.

Ao mesmo tempo, estamos nos aproximando das eleições, quando teremos a oportunidade de tomar uma decisão muito importante para o nosso futuro, reafirmando a democracia diante das incertezas que temos, dos problemas que enfrentamos e dos discursos extremistas que surgem para nos dividir.

Nos próximos meses, a palavra MUDAR será usada à exaustão, inclusive por muitos que foram protagonistas do passado e que criaram os problemas do presente e agora querem convencer o eleitor de que serão capazes de comandar a difícil travessia que o Brasil precisa fazer. Não serão!

É o momento de dar um basta na velha política – das alianças “toma lá, dá cá” que visam proteger o poder de quem governa – e estabelecer uma aliança genuína com o povo brasileiro, com foco em suas reais prioridades.

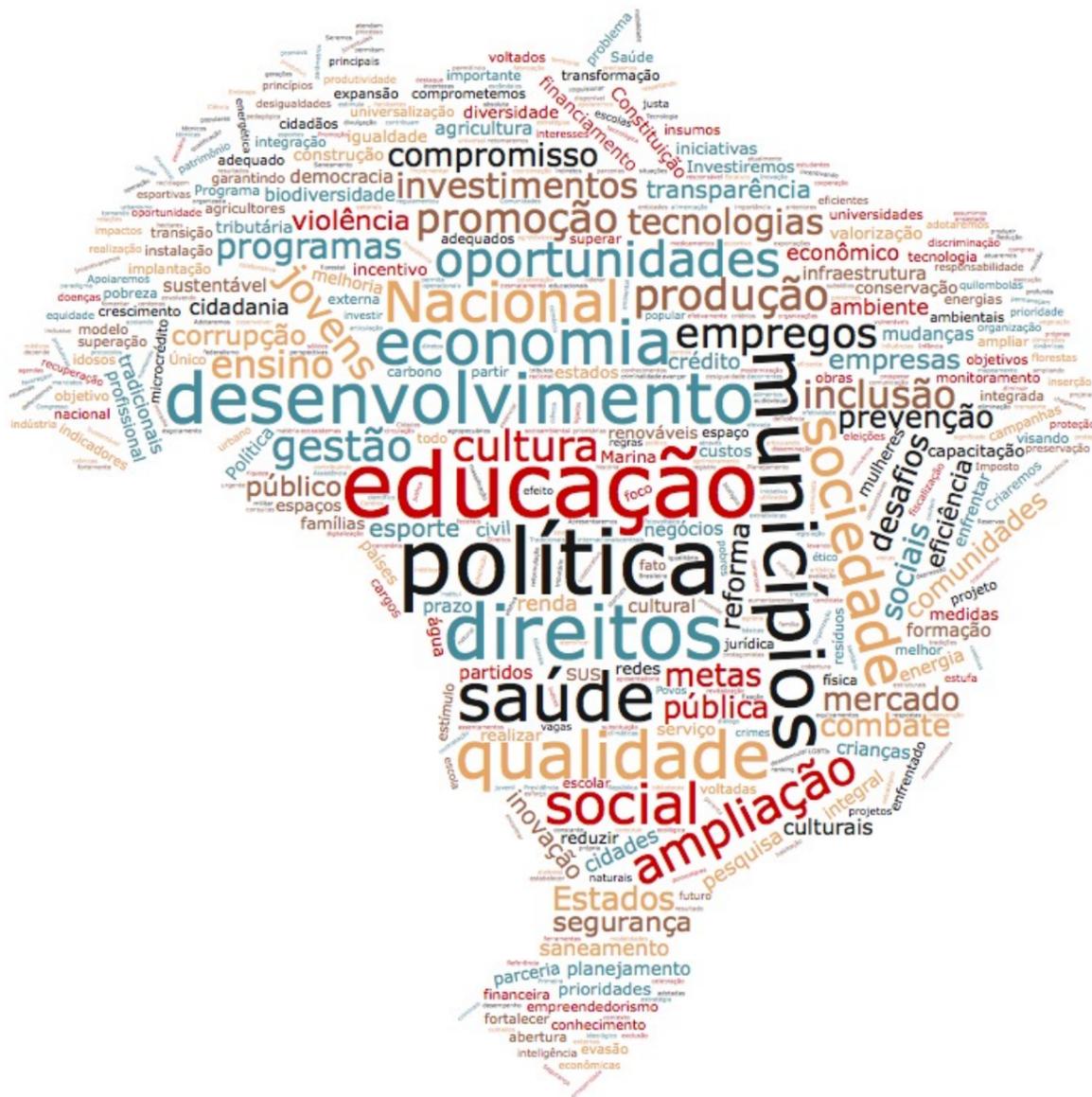
Não podemos perder de vista as importantes conquistas alcançadas nas últimas décadas da nossa vida democrática, como a estabilidade econômica e a maior inclusão social, mas é chegada a hora de traçar uma linha que determine um antes e um depois na nossa política.

Convidamos a sociedade brasileira a reconstruir o significado da política, para que não seja a imposição de uns, mas a justa mediação dos interesses de todos. Uma política que seja espaço de diálogo, de construção coletiva com as pessoas, unindo-as para encontrar os melhores caminhos e soluções a favor do Brasil. Uma construção que vença a desigualdade, abra caminhos de oportunidades para todos e para cada brasileiro e promova uma inclusão social jamais atingida ao longo de nossos cinco séculos de existência.

Reafirmamos, assim, nossa convicção de que sociedade brasileira está pronta para construir um país socialmente justo, ambientalmente sustentável, economicamente próspero, politicamente democrático, culturalmente diverso e, acima de tudo, ético. Que assuma o papel de líder global, principalmente no que diz respeito à qualidade de vida de sua população, ao uso inteligente dos recursos naturais e à promoção da paz, num século em que o mundo passa por transformações profundas e enfrenta desafios inéditos.

Temos diante de nós uma oportunidade para encontrar as respostas para os problemas estruturais do Brasil, sem radicalismos, demagogias, bravatas ou salvadores da pátria.

Do jeito que está não dá mais!



ÍNDICE

Fortalecer a democracia e resgatar a confiança na política	7
Criança é prioridade absoluta	9
Educação como direito e base para o desenvolvimento	10
Somar forças por uma saúde de qualidade para todos	12
Saneamento básico e segurança hídrica	15
Esporte para a vida toda	17
Protagonismo na segurança pública e na redução e prevenção da violência	18
Garantia dos direitos sociais e inclusão produtiva	20
Cultura e valorização das diversidades	21
Direitos humanos e cidadania plena	22
Bem-estar animal	26
Ciência, tecnologia e inovação	27
Cidades sustentáveis e urbanismo colaborativo	28
O Brasil na economia do futuro com sustentabilidade, inovação e emprego	29
Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável	31
Liderança na transição para uma economia de carbono neutro	33
Qualidade de vida no campo	35
Política externa como política de Estado	38
Defesa Nacional e soberania democrática	40
Conduzir reformas estruturais que sustentem nossa transformação	41
Marina Silva	45

DIRETRIZES E PRIORIDADES

/ 01

FORTALECER A DEMOCRACIA E RESGATAR A CONFIANÇA NA POLÍTICA

Em outubro de 2018 completamos 30 anos de Constituição Federal. Nossa democracia foi conquistada pela luta da sociedade brasileira contra o regime militar. Batizada de Constituição Cidadã, estimula a participação popular nas políticas públicas e institui nosso Pacto Federativo, conferindo importante papel aos municípios. Ainda são imensos os desafios para que sejam alcançados os objetivos com os quais nos comprometemos como nação.

O Brasil vive uma profunda crise política, com perda significativa da confiança nas instituições públicas e na própria democracia. Os partidos políticos, o Congresso Nacional e a Presidência da República são as instituições em que a população brasileira menos confia. Os índices de abstenções, votos nulos e brancos nas eleições têm aumentado a cada ano. O país assiste a sucessivos escândalos de corrupção, que demonstram o esgotamento dos mecanismos utilizados para governar pelos diferentes partidos que estiveram e que ainda estão no Poder. Nos anos mais recentes, a Operação Lava Jato se tornou um marco divisório. Revelou relações criminosas entre empresas, partidos e poder público, que envolviam superfaturamento de obras, corrupção e financiamento milionário de campanhas eleitorais com caixa dois.

Vamos romper com o padrão fisiológico da relação com o parlamento, para que a governabilidade seja garantida com base em princípios republicanos. Buscaremos diálogo permanente com o Poder Legislativo, a partir de um programa que expresse agendas de interesse público, com absoluta transparência. Nossa relação será de colaboração com Estados e Municípios, independentemente do partido político ao qual pertençam os governadores ou prefeitos. Os mecanismos de participação e controle social nas políticas públicas serão valorizados e fortalecidos.

A composição do nosso governo será feita com base em critérios de competência e idoneidade, com descrição de cargos e funções e publicação do currículo de todos os contratados.

Seremos um governo aberto e digital, pautado pela participação, pela transparência e pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação na busca de serviços públicos mais eficientes e de melhor qualidade. Tecnologias como big data, blockchain e inteligência artificial serão incorporadas pela gestão pública, contribuindo para o combate à corrupção, a desburocratização e o aumento do controle social. Para isso, adotaremos uma estratégia nacional clara, que integre as ações dos diferentes órgãos de governo, regras comuns de compartilhamento de informações e um quadro ético e jurídico adequado para o uso destas informações.

O Brasil avançou na regulamentação do princípio da transparência pública, com a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. No entanto, não basta que os órgãos publiquem dados, é necessário torná-los compreensíveis pelos cidadãos. Para a ampliação do controle social, estabeleceremos um sistema de metas e indicadores para todas as políticas públicas e a criação de um Conselho Nacional de Transparência Ativa, que regulamentará e fiscalizará a forma como os dados serão publicados, para que sejam efetivamente acessíveis e úteis à sociedade.

Apresentaremos ao Congresso Nacional no início de nosso governo, uma proposta de reforma política. Entre seus objetivos estão o resgate da confiança no sistema

político por meio da democratização dos processos partidários, a ampliação da transparência sobre a aplicação de seus recursos e o incentivo ao papel fundamental que devem cumprir: o debate programático sobre o país. Para tanto, proporemos o sistema distrital misto, inspirado no modelo alemão, por considerarmos que é atualmente o mais racional, permite o melhor acompanhamento dos representantes eleitos pelos cidadãos, reduz os custos das campanhas e valoriza os partidos programáticos.

Como forma de ampliar a renovação política e eliminar o monopólio dos partidos, defendemos as candidaturas independentes, permitindo que lideranças sociais não filiadas a partidos possam disputar eleições, desde que comprovem o apoio de um número mínimo de eleitores. Proporemos, ainda, mecanismos para facilitar leis de iniciativa popular, como a redução do número obrigatório de apoiadores e a possibilidade de registro de assinaturas eletrônicas.

Por entendermos que o mandato eletivo é serviço e não profissão, nos posicionaremos pelo fim da reeleição para cargos executivos, limitação de dois mandatos consecutivos para cargos legislativos, fixação de todos os mandatos em 5 anos, a partir de 2022 e o fim da suplência para o Senado.

Defenderemos, também, a revisão das regras de financiamento de campanhas e de distribuição do tempo de propaganda eleitoral, para que haja menor interferência do poder econômico nas eleições e maior transparência e equidade entre os partidos políticos. Postularemos a limitação da doação de pessoas físicas e de autofinanciamento e a reformulação do Fundo Eleitoral com vistas a reduzir o montante de gastos de recursos públicos e estimular a participação cidadã no financiamento das campanhas.

Consideraremos, também, iniciativas de setores da sociedade que proponham a reabertura da discussão sobre o sistema parlamentarista no Brasil.

Seremos implacáveis com a corrupção que drena os recursos do país. Os brasileiros lutam para acessar direitos básicos e, ao mesmo tempo, observam indignados os infinitos e escandalosos casos de desvio dos recursos que deveriam ser destinados às políticas públicas.

Para enfrentar a corrupção é preciso mudar a cultura que a fomenta, construindo um senso coletivo de responsabilidade sobre o que é público. Recursos e espaços públicos têm um dono, e esse dono é o povo brasileiro. O Estado deve estar a serviço dessa cultura cidadã que permite às pessoas se apropriar do que é seu e respeitar o que é de todos. Para tanto, aumentaremos a transparência e a inteligência do Estado, blindaremos os órgãos de controle interno de nomeações políticas e aplicaremos a exigência de ficha limpa para ocupação de cargos no serviço público.

Proporemos, ainda, a criminalização do caixa dois eleitoral e do enriquecimento ilícito de agentes públicos, o fim do foro privilegiado e da indicação política para órgãos de controle externo e a extinção da aposentadoria compulsória para juízes e procuradores como pena.

/ 02

CRIANÇA É PRIORIDADE ABSOLUTA

A primeira infância (0 a 6 anos) e as experiências do início da vida são fundamentais para a formação da personalidade e da capacidade de aprender, de se relacionar e expressar emoções. É nessa etapa que se formam os valores que serão a base do desenvolvimento para toda a vida. A decisão de investir prioritariamente e consistentemente nas crianças fez de muitos países nações avançadas e será um dos principais pilares de uma transformação social que levará o Brasil a ser uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente, milhões de crianças que vivem em situação de pobreza no Brasil estão excluídas de serviços públicos de qualidade, comprometendo seu desenvolvimento numa etapa decisiva de suas vidas. Vamos enfrentar esse desafio instituindo a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, prevista na Lei 13.257/16, com a coordenação de políticas setoriais, envolvendo educação, saúde, desenvolvimento social, esportes e cultura, entre outras. Atuaremos em parceria com Estados e Municípios no estabelecimento de metas e indicadores para mensurar os investimentos, a qualidade e o impacto das políticas implementadas, apoiando a elaboração de Planos Municipais de Primeira Infância.

Nossas metas incluem a ampliação da oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos dos atuais 30% para 50% em todo o país e a universalização da educação infantil, na faixa etária de 4 a 5 anos, em cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nos comprometemos, ainda, apoiar os Estados e Municípios na implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Esse compromisso com as nossas crianças será construído sempre em articulação, planejamento e cooperação interfederativa e em parceria com entidades privadas, mantendo estrita vigilância sobre sua gestão, estrutura adequada e processos de aprendizagem de alta qualidade.

Boa alimentação e reforço das relações de parentalidade, focadas no fortalecimento dos vínculos com as famílias em seus diferentes arranjos e pluralidades, serão incentivados.

Com a ampliação das creches e a universalização da educação infantil, atingiremos, ainda, outro objetivo fundamental: o aumento da inserção de mães no mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO COMO DIREITO E BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

Se a educação é a base para o futuro, precisamos pensá-la a partir do amanhã que queremos: inclusivo, em rede, preparado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do século 21.

O futuro do Brasil será decidido nas salas de aula. A educação é direito fundamental previsto na Constituição Federal e é também condição para o desenvolvimento social e econômico do país. A igualdade de oportunidades só será alcançada com a garantia de que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso à educação de qualidade.

Nosso primeiro compromisso é com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), fruto de intenso debate com a sociedade brasileira. Pode parecer óbvio, mas não é pouco. O Brasil tem importantes marcos legais que não são cumpridos. Empenharemos nossos maiores esforços, em articulação com Estados e Municípios, no cumprimento das metas do PNE.

O Brasil não pode continuar negligenciando sua educação básica. Nosso governo atuará ao lado de Estados e Municípios, de forma coordenada, regulamentando o Sistema Nacional de Educação, de forma a garantir assistência técnica e financeira e tendo como uma das ações prioritárias o estabelecimento de padrões nacionais de qualidade, da creche ao ensino médio, técnico e profissional.

Todos na escola, aprendendo.

Precisamos garantir que nossos estudantes permaneçam na escola e aprendam. Hoje, a maioria dos estudantes do ensino fundamental não atinge níveis de proficiência adequados. Para enfrentar esse problema, adotaremos políticas para a valorização dos professores, com ações voltadas ao aprimoramento da formação pedagógica e dos planos de carreira.

Daremos continuidade às políticas de implementação da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e o ensino fundamental, apoiando técnica e financeiramente os estados e municípios nesta missão. No que diz respeito ao chamado novo ensino médio, é preciso avaliá-lo criticamente, em debate com as instituições educacionais e redes de ensino, reconhecendo que a flexibilização curricular e a ampliação da carga horária dele constantes não são compatíveis com a realidade da maioria dos municípios brasileiros. Daremos apoio aos Estados para que as deficiências de implementação e de assistência técnica e pedagógica não penalizem os jovens e que o resultado seja, de fato, a redução da evasão escolar e a maior aproximação dos jovens com o mundo do trabalho, de um lado, e o devido preparo para a universidade para os que assim desejarem, de outro.

É necessário também que cada estudante seja estimulado a superar suas dificuldades, a realizar seu pleno potencial e alcançar seus objetivos de vida, para isso estados e municípios receberão apoio para reduzir o problema do atraso escolar, visando caminhar para cumprir a meta de zerar a distorção idade/série, o mais rápido possível.

Incentivaremos a expansão da educação integral, respeitando os tempos e as especificidades de cada localidade, articulando diferentes políticas setoriais e parcerias com a sociedade civil organizada, que viabilizem a oferta de espaços físicos, compartilhando responsabilidades e aprendizados.

Enfrentaremos o problema do analfabetismo de cerca de 11,8 milhões de brasileiros acima de 15 anos. Essa é uma realidade que vamos mudar.

A escola deve ser um lugar atrativo para nossos jovens. Investiremos em infraestrutura adequada, salas de aula e locais de convivência e apoio didático, como quadras esportivas e bibliotecas. Nossas escolas devem promover atividades que estimulem o interesse dos jovens e seu desenvolvimento integral, por isso, o uso de novas tecnologias nos processos de aprendizagem será incentivado, bem como o ensino de linguagens artísticas, como teatro, música, dança, audiovisual, promovendo uma forte aproximação entre educação e cultura. Promoveremos, também, a educação científica de qualidade, fundamental para elevar a sociedade brasileira a um novo patamar.

O combate a qualquer tipo de discriminação começa na escola. Criaremos políticas de prevenção e combate a todas as formas de bullying, violência e discriminação dentro do Plano Nacional de Educação para - como garante a Constituição - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual (LGBTIs), condição física, classe social, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Valorizaremos o ensino técnico e profissional, buscando uma maior integração às demandas do mercado de trabalho, enfrentando o alto índice de evasão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ensino superior integrado à Ciência, Tecnologia e Inovação

Nosso governo buscará a ampliação do acesso ao ensino superior, mantendo a política de cotas.

A aproximação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do ensino superior, também será promovida. Investir em CT&I é condição para o desenvolvimento do país e nossas universidades devem ser desafiadas a realizar pesquisas que contribuam para a superação de nossos problemas sociais, ambientais e econômicos.

Nenhum país terá como alavancar seu desenvolvimento sem promover a disseminação da ciência, inovação e tecnologia no âmbito da sociedade. No Brasil, será preciso retomar firmemente, de forma contínua e articulada as políticas públicas, aumentando os recursos para CT&I, com atenção para combater as desigualdades regionais e a pouca inserção no sistema produtivo.

SOMAR FORÇAS POR UMA SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

A saúde é uma grande preocupação dos brasileiros. A falta de médicos, a longa espera para marcar consultas e exames e a falta de leitos, são alguns dos graves problemas a serem enfrentados.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior programa de assistência gratuita e universal do mundo. Uma política muito bem desenhada, mas sobrecarregada pelas características de um país de dimensões continentais e desigual. Os altos índices de doenças infecciosas e de mortes por causas violentas, somam-se atualmente ao avanço das doenças crônicas decorrentes do envelhecimento da população.

A partir de 2003 a participação relativa da União no financiamento do SUS vem decrescendo de forma constante, caindo, nesse período, de 60% para 45% dos gastos totais do Sistema. Esse fato gerou enorme impacto sobre os orçamentos municipais. Será necessário reverter essa tendência.

Nestes 30 anos o SUS proporcionou avanços consideráveis de qualidade de vida no Brasil. Nos últimos 10 anos, porém, constata-se uma evidente estagnação e retrocesso. A incapacidade de diminuir a mortalidade materna, a sensível diminuição do ritmo de queda da mortalidade infantil, com a piora deste indicador em 2016, são sintomas graves desta incompetência de avançar na melhoria de atenção à saúde na última década.

Para mudar essa realidade e recuperar a capacidade de atuação do SUS, será preciso atuar com uma forma mais racional e eficiente para combinar promoção da saúde, atenção básica, urgências, atendimentos especializados e reabilitação. Será necessário combinar descentralização com regionalização e escala para ter serviços realmente viáveis econômica e tecnicamente.

Nossa proposta é revolucionar a atual forma de gestão fragmentada e pulverizada substituindo-a por uma gestão integrada, participativa e verdadeiramente nacional. Para tanto, dividiremos o país em cerca de 400 regiões de saúde. A gestão será compartilhada entre a União, Estados e Municípios e envolverá as entidades filantrópicas e serviços privados. Representantes eleitos pela população dos municípios da região terão mandatos para participar da gestão.

Somente a reformulação na gestão permitirá um SUS universalista no direito, mas aberto a uma prestação de serviços que combine órgãos públicos, privados e filantrópicos, orientado por metas e aprimorado por meio da constante avaliação de desempenho e qualidade. Todos cooperando - União, Estados, Municípios, entidades filantrópicas e serviços privados - e comprometidos com o que interessa de verdade: garantir o direito à saúde de qualidade para todos.

Realizaremos o adequado mapeamento das necessidades e vazios assistenciais, promovendo um planejamento regionalizado da distribuição de serviços, leitos hospitalares e ambulatoriais.

Ampliaremos a cobertura da Atenção Básica, articulando esforços para melhorar o encaminhamento às especialidades, urgências e procedimentos de alta complexidade. Vamos fortalecer e aprimorar a atuação territorial da Estratégia de Saúde da

Família, visando estimular seu potencial humanizador do cuidado no atendimento, valorizando cada vez mais a prevenção, pautada por um programa abrangente de educação e promoção da saúde. Essas iniciativas contribuirão para a redução da procura por serviços de assistência à saúde e para a efetiva melhoria na qualidade de vida dos brasileiros.

Atuaremos para garantir que as redes de saúde atuem com eficiência nas situações de emergência, através da oferta de equipamentos adequados, profissionais especializados e utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e de tratamento, que sejam complementares à atenção básica, garantindo a sua resolutividade e qualidade. A garantia ao acesso a medicamentos essenciais, a promoção de seu uso racional e responsável e a ampliação do uso de medicamentos genéricos são outros importantes desafios a serem enfrentados

Investiremos na reformulação da gestão e publicização de dados do SUS, tornando a plataforma mais amigável para o cidadão e com informações relevantes para avaliações externas sobre seu funcionamento, a exemplo do tempo de espera para atendimento. Para isso, utilizaremos novas tecnologias para modernização dos serviços, como o agendamento de consultas por meio eletrônico e a criação de uma base única de dados do paciente, com objetivo de estabelecer um prontuário eletrônico que permita o acompanhamento integrado por diferentes profissionais da saúde. O uso de novas tecnologias também deve servir para garantir maior resolutividade da rede ambulatorial e hospitalar, no apoio a diagnósticos e tratamentos.

Outro fator importante e urgente que terá tratamento prioritário nas políticas do SUS é a saúde mental. Promoveremos uma melhor integração da saúde mental com a atenção básica, evitando duplicidade de sistemas e colaborando com a formação de mais profissionais. Hoje o Brasil é o líder mundial no ranking em transtornos de ansiedade e o quinto em depressão. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade e a depressão afeta 5,8% da população. Vamos, ainda, desenvolver campanhas para combater o estigma que as pessoas com transtornos mentais sofrem e que, muitas vezes, as impede de buscar ajuda.

Além de recursos e gestão eficiente, a qualidade da atenção integral à saúde depende de profissionais bem formados, distribuídos estrategicamente de acordo com as necessidades do país e com oportunidades para exercerem suas funções com dignidade e cuidado. A saúde pública é política altamente intensiva em mão de obra, e todos profissionais dessa área constituem elemento central para uma boa gestão do modelo assistencial do SUS. Fortaleceremos iniciativas que ampliem a oferta de médicos aos municípios, estimulando a fixação de profissionais em localidades mais remotas.

Criaremos as condições para garantir e ampliar a oferta de tratamentos e serviços de saúde integral adequados às necessidades da população LGBTI. Promoveremos as ações de saúde integral das mulheres e de seus direitos reprodutivos e sexuais envolvendo ações preventivas e efetividade dos Programas de Planejamento Reprodutivo e Planejamento Familiar, além da oferta de contraceptivos pelas farmácias populares e estímulo ao parto humanizado. A prevenção e atendimento à gravidez na adolescência, que representou 17,5% das crianças nascidas em 2016, contará com uma política integrada das áreas de educação e saúde.

Ações intersetoriais são indispensáveis para a promoção do direito à saúde e a diminuição da sobrecarga do sistema. Neste sentido fortaleceremos políticas voltadas à qualidade de vida para os idosos, prevenção de acidentes de trânsito e redução da violência, controle e diminuição dos níveis de poluição do ar, alimentação saudável, redução do uso de agrotóxicos e apoio à agroecologia.

Há ainda problemas cuja superação é fundamental para chegarmos a padrões minimamente aceitáveis de saúde no Brasil. A inclusão social para a superação da pobreza, padrões de habitação adequados e saneamento básico, são políticas que não podem mais ser adiadas.

Finalmente, é importante destacar a importância da alimentação como um dos pontos centrais da vida de qualquer cidadão. Ela está diretamente conectada ao desenvolvimento infantil e rendimento escolar e é a base para uma vida com mais saúde. Promover a alimentação saudável, com a inserção dos profissionais de nutrição nas equipes de apoio da Estratégia Saúde da Família é uma ação fundamental e de impacto positivo enorme. Além disso, políticas públicas integradas devem ser estruturadas ou fortalecidas contra ameaças à saúde advindas de situações inaceitáveis de miséria e de pobreza, que são as principais causas da insegurança alimentar no Brasil. Estimularemos a adoção de uma alimentação saudável e pacífica, incluindo a alimentação vegetariana.

/ 05

SANEAMENTO BÁSICO E SEGURANÇA HÍDRICA

Atualmente, há no Brasil mais de 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada e acima de 100 milhões sem esgotamento sanitário. Cerca de 80% da população brasileira é submetida diariamente ao contato direto ou indireto com esgoto, provocando gravíssimos impactos ambientais e na saúde, como infecções gastrointestinais, que levam à limitação do desenvolvimento físico, da capacidade de aprendizagem e da produtividade no trabalho, de centenas de milhares de crianças e adultos a cada ano no país.

Temos o compromisso em inserir a inadiável universalização do saneamento básico entre as prioridades máximas de nosso governo. Nesse sentido, estabeleceremos metas concretas e efetivas, aprimoraremos o marco legal existente e promoveremos ajustes nos mecanismos institucionais para garantir os recursos necessários para um salto quantitativo e qualitativo na expansão do sistema de abastecimento de água de qualidade e da coleta e tratamento de esgoto em todo o país.

Apesar da Constituição conferir aos municípios a responsabilidade pelo saneamento básico, 70% das cidades do Brasil ainda não têm Plano Municipal de Saneamento (PMSB). Este fato impede a definição de questões centrais para a ampliação desse serviço, tais como a escolha da melhor modalidade de instituições que se responsabilizará por sua execução (empresa pública, mista, privada ou autarquia), o estabelecimento de metas e parâmetros operacionais e o planejamento físico e financeiro dos investimentos necessários à sua implantação e operação.

Para superar esse problema apoiaremos a criação de capacidades institucionais nos Municípios para que os PMSBs sejam elaborados de forma adequada, permitindo que os projetos de implantação e gestão tenham qualidade, condição essencial para o acesso aos recursos públicos e atração de investimentos privados.

Ampliaremos os investimentos em saneamento, mantendo-os em ritmo constante e progressivo, garantindo previsibilidade e distribuindo-os melhor no território nacional, visando superar as desigualdades regionais no déficit de expansão à rede de coleta e ao tratamento de esgotos. Para isso, aumentaremos os investimentos públicos e atuaremos de formas decisiva na melhoria do ambiente de negócio, a fim de atrair o setor privado como parceiro estratégico, incentivando as Parcerias Público-Privadas (PPPs) para acelerar a realização dos serviços nos municípios.

Defendemos, ainda, a revisão da política de subsídios cruzados entre municípios e entre usuários por meio da tarifa, buscando favorecer o atendimento das regiões mais carentes e pobres do país.

Investiremos em pesquisa e inovação tecnológica para tornar mais eficientes e reduzir os custos, as emissões de gases de efeito estufa e o consumo de energia, nos sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Modelos descentralizados, que evitem grandes obras para instalação de estações de tratamento e longas redes de coleta, serão priorizados.

Nossas ações em prol da universalização do saneamento incluirão o estímulo ao estabelecimento e difusão na sociedade brasileira de uma nova cultura de cuidado com a água. Para tanto, promoveremos campanhas educativas e adotaremos políticas públicas que induzam a adoção de práticas de economia no uso da água, aproveitamento de águas pluviais, práticas de reuso e redução do desperdício.

Lançaremos um programa de incentivo à preservação e recuperação dos mananciais das cidades brasileiras, que estimule estados e municípios a protegerem suas principais fontes de abastecimento, vitais para a segurança hídrica da população. Essa é uma das mais significativas formas de prevenir as crises hídricas cada vez mais recorrentes no Brasil e que tantos impactos negativos geram sobre a qualidade de vida, agravando condições de fragilidade social e impondo desafios e riscos às atividades econômicas que dependem da água, seja na indústria, na agricultura, seja no setor de serviços.

Serão, ainda, objeto de especial atenção a recuperação de nascentes e a revitalização de sub-bacias em áreas urbanas e periurbanas, iniciativas indispensáveis para a segurança hídrica e prevenção de doenças cujo meio de propagação seja a água - como a cólera por exemplo - dos assentamentos urbanos de qualquer tamanho.

Políticas para a redução, reutilização, reciclagem dos resíduos sólidos, tendo como horizonte uma política de lixo zero, também serão priorizadas.

/ 06

ESPORTE PARA A VIDA TODA

Para que os brasileiros tenham acesso aos benefícios do esporte é fundamental garantir políticas públicas para incentivar a educação física nas escolas, as práticas do esporte e de atividades físicas para a população jovem, adulta e idosa e promover o esporte de alto rendimento. Para tanto nos comprometemos a um aumento substancial dos recursos federais destinado ao esporte que, apesar de sua importância fundamental para a saúde e a formação do espírito de cidadania, nunca recebeu o apoio adequado.

Adotaremos políticas de estímulo à prática da educação física nas escolas do ensino básico, nos moldes da Base Nacional Comum Curricular, oferecida por profissionais com licenciatura na área e à ampliação da construção de quadras esportivas cobertas nas escolas do ensino fundamental.

Considerando, que apenas 22,3% da população brasileira são praticantes regulares de atividade física ou esporte, forneceremos apoio técnico e financeiro para que Estados e Municípios possam cumprir a meta de oferecer espaço público adequado à atividade física para cada grupo de 10 mil habitantes.

Apoiaremos os municípios com mais de 100 mil habitantes a implantarem cicloviás, pistas de corridas e caminhadas, que interliguem os espaços residenciais e os comerciais, bem como a implementação de políticas que favoreçam o uso de vias públicas para a prática de atividade física.

Medalhas também são importantes. O legado esportivo é o primeiro passo para promover o esporte de alto rendimento e para projetar o Brasil como excelência esportiva mundial, no esporte olímpico, paraolímpico, surdolímpico, militar, universitário e escolar. Criaremos mecanismos para tornar o esporte de alto rendimento menos dependente dos recursos públicos e incentivaremos a construção de trajetória estruturada de iniciação, especialização e aperfeiçoamento esportivo, com garantia de acesso a todas as crianças e adolescentes.

PROTAGONISMO NA SEGURANÇA PÚBLICA E NA REDUÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Vivemos uma grave crise na segurança pública. Em 2017 foram registradas mais de 63 mil mortes violentas no Brasil, índice semelhante ao de países em guerra. Temos um sistema de segurança pública e justiça criminal fragmentado e ineficiente. Nosso governo assumirá ação decisiva na coordenação do esforço nacional para garantir a segurança da população. Nosso compromisso central é com a redução de crimes violentos, em especial os homicídios, e o combate ao crime organizado.

Dedicaremos esforços à implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com foco na gestão para resultados. Para isso, será elaborado, em parceria com Estados e Municípios, um Plano Nacional de Segurança, com a contribuição de especialistas de organizações da sociedade civil e das universidades, prevendo metas e indicadores de avaliação.

Para garantir a eficiência da atuação policial e do esforço investigativo, implementaremos um sistema de dados sobre segurança pública que contará com protocolos de comparabilidade de dados estatísticos entre os Estados e Municípios, disseminação de informações nacionais sobre criminalidade e elaboração de censos penitenciários.

Adotaremos as mais modernas ferramentas e metodologias de inteligência para a redução da criminalidade, priorizando o policiamento de manchas criminais e de fronteiras, com uso de tecnologia. O combate ao tráfico de drogas, armas e de pessoas e aos crimes financeiros, utilizará as técnicas de monitoramento da circulação e lavagem de dinheiro.

Criaremos um conselho que articulará os diversos órgãos de inteligência estaduais e federais com foco no crime organizado e suas dinâmicas interestaduais e transnacionais, incluindo o mercado ilegal que gerou perdas de R\$ 146 bilhões em 2017, resultado do contrabando, falsificação, pirataria e evasão fiscal.

Fortaleceremos a política de controle de armas, com efetiva responsabilização pelo uso e porte ilegal, desvio e tráfico. Para tanto, aprimoraremos os sistemas de controle de fabricação, registro e rastreamento de armas e munições, integrando as informações e disponibilizando o acesso para os órgãos de investigação.

Hoje o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com 726 mil presos, número quase duas vezes maior que o de vagas disponíveis. A eficiência e racionalização do sistema prisional serão perseguidas por meio do aprimoramento da gestão dos presídios. Estabeleceremos protocolos e parâmetros nacionais para a transferência de presos, revistas periódicas, aplicação de sanções disciplinares, realização de auditorias para localizar casos de corrupção e investimento em tecnologia para monitoramento da população carcerária. Apoiaremos a melhoria das condições físicas e operacionais dos presídios.

Implementaremos, também, uma Política Nacional de Medidas e Penas Alternativas, com subsídios técnicos para a constituição de centrais nos estados para o monitoramento e fiscalização de sua aplicação, e incentivaremos medidas que visem a redução do número de presos provisórios, a exemplo dos mutirões carcerários.

Para a prevenção de reincidências criminais, será criado um Programa de Apoio aos Egressos do Sistema Prisional, que promova a reinserção social e econômica por meio de um pacto com empresários para que sejam oferecidas oportunidades reais de retorno produtivo à sociedade.

O problema da segurança pública não deve ser tratado apenas como ação de polícia. É, antes de tudo, uma questão de segurança social. Uma política integrada, envolvendo educação, saúde, esportes e cultura, será estabelecida com foco na valorização da vida e prevenção da violência.

O enfrentamento da economia do crime implica, também, o oferecimento de oportunidades a milhares de jovens que, por não encontrarem espaço no mercado de trabalho, sofrem violência crescente e são facilmente atraídos pelo crime organizado, em especial o tráfico de drogas. Reverter esta situação é um compromisso que assumimos.

GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS E INCLUSÃO PRODUTIVA

Apesar de termos avançado desde a redemocratização na distribuição de renda e no acesso a direitos, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo. São mais de 52 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, com renda domiciliar per capita de US\$ 5,5 por mês. Estamos em 79º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU. Nenhuma das agendas do país irá prosperar e se sustentar se não reagirmos à desigualdade social que nos aprisiona.

Mais que um compromisso humano, construir um Brasil mais igual é impulsionar o crescimento econômico. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são fundamentais para atender a situação emergencial das pessoas que se veem impossibilitadas de prover suas necessidades básicas. Estes programas devem ser preservados e reconhecidos como direitos assegurados por lei e devem ser associados às condições para a inclusão produtiva e garantia do direito a oportunidades. Estudaremos, ainda, as possibilidades da implantação de programa de renda mínima universal.

Nosso governo será proativo na conexão entre as pessoas em situação de pobreza e as oportunidades para superação de suas dificuldades, garantindo atenção integral, integrada e personalizada a cada família.

O Brasil tem base para um grande salto no desenvolvimento social. Possui o Cadastro Único, com informações sobre mais de 20 milhões de famílias, e uma rede de atendimento com mais de 10 mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O Cadastro Único permite a identificação dos mais pobres e de suas necessidades. Propomos a utilização de suas informações para a ampliação da focalização dos programas voltados à superação da pobreza. Os CRAS e CREAS permitem que a população saiba onde buscar informações, orientação e atendimento. Estes centros hoje já atuam de forma integrada com as redes de educação, saúde e conselhos tutelares, mas uma prioridade será avançar no mapeamento e conexão com a oferta de serviços sociais comunitários e órgãos ligados ao trabalho e inclusão produtiva.

Fortalecemos a atuação dos CRAS e CREAS com a criação de uma rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar. O papel dos agentes será o de realizar visitas domiciliares às famílias mais vulneráveis, atualizar o Cadastro Único, fornecer ao governo informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, estabelecendo com cada família um Plano de Desenvolvimento Familiar.

Nossa política social será voltada a oferecer a essas famílias e a todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade oportunidades de trabalho e condições para atender a suas necessidades básicas de forma autônoma, por meio do encaminhamento aos serviços de formação profissional, acesso a microcrédito e orientação para a gestão de pequenos negócios e a serviços públicos e comunitários de qualidade, que contribuam para o bem-estar de todos.

CULTURA E VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES

O Brasil tem como grande riqueza sua diversidade cultural. A cultura é direito humano fundamental, ela preserva a memória, transmite conhecimento, aumenta repertório e estimula a criação. A política cultural deve fomentar a produção e o acesso à cultura e à arte, em suas diversas manifestações e em interface com a educação. Deve, também, garantir a proteção do patrimônio histórico, para as presentes e futuras gerações.

De acordo com pesquisa sobre hábitos culturais, os brasileiros gostam de ler, ir ao cinema, a shows de música, festas populares e feiras de artesanato. O acesso a espaços e atividades culturais é uma das principais demandas dos jovens e precisa ser democratizado, chegando aos municípios e diferentes regiões das grandes cidades.

Para democratizar o acesso a cultura, promoveremos a educação artística, transformando a escola em espaço de ensino e difusão de arte e cultura e revitalizaremos os pontos de cultura.

A produção cultural e artística será estimulada e apoiada, com a intensificação dos percursos de circulação de artistas pelo país, o fomento à produção cultural por meio de editais, bolsas e premiações e o estímulo à produção audiovisual. Promoveremos a diversidade das expressões culturais, valorizando os detentores de conhecimentos tradicionais, como os mestres de cultura popular, do maracatu, do bumba-meu-boi, artesãos, bordadeiras, entre outras.

A proteção do nosso patrimônio cultural é fundamental para garantir a memória de nossos povos, para que as presentes e futuras gerações conheçam sua ancestralidade, história, costumes e tradições. A política de preservação do patrimônio abrange o patrimônio natural e o conhecimento científico. Nos comprometemos a oferecer condições de funcionamento a museus, arquivos e bibliotecas; valorizar os registros escritos, sonoros e visuais de tradições orais e da produção contemporânea; e realizar tombamentos, a preservação e revitalização ambiental.

A economia criativa é a fusão da economia da cultura com a economia do conhecimento. Abrange diversos setores, como artes visuais, artes cênicas, games, software, moda, design e arquitetura. O uso de novas tecnologias é crescente na promoção do acesso e na difusão da produção cultural. Para desenvolver e estimular este setor econômico é preciso investir na formação profissional, promover a organização de redes, oferecer apoio a startups, diminuir burocracia e ampliar o acesso à crédito.

Com a crescente digitalização de filmes, fotografias, músicas e livros, é necessário explorar as possibilidades das novas tecnologias na promoção do acesso e na difusão da produção cultural, em especial no campo da economia colaborativa.

Assumimos o compromisso com a plena garantia do direito à liberdade de expressão que será promovido e respeitado em todas as suas dimensões, incluindo a liberdade de imprensa e o direito à comunicação, direito de cada cidadão de informar, se informar e ser informado.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PLENA

A Constituição Federal define como um dos objetivos da nação “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV). Nossa sociedade, porém, é marcada pelas desigualdades no acesso a direitos, inclusive os mais básicos, e a oportunidades. Consideramos a promoção da igualdade na diversidade não somente uma questão de justiça, mas um valor fundamental para a realização plena de nossa democracia, garantindo o exercício e os benefícios da cidadania para todas e todos.

Em nosso governo, a inclusão de grupos historicamente excluídos e o combate à qualquer forma de discriminação será diretriz transversal, presente em todas as políticas públicas, a ser implementada em especial por meio de projetos de promoção de equidade. Definiremos políticas específicas para superar as desigualdades que atingem mulheres, população negra, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, LGBTI, juventudes e idosos.

Promoveremos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais respeitando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência por meio de políticas transversais. Articularemos com Estados e Municípios, com atenção especial às políticas voltadas a proteção contra a violência, inclusão produtiva, igualdade de oportunidades e salários no mercado de trabalho, acesso a terra e território, saúde e educação e ampliação da participação na política.

Mulheres

Em parceria com Estados e Municípios, promoveremos a ampliação das políticas de prevenção à violência contra a mulher, o combate ao feminicídio e a qualificação da rede de atendimento às vítimas. O tráfico interno e internacional de pessoas, bem como o turismo sexual, que atingem majoritariamente as mulheres, serão enfrentados com rigor.

Para fortalecer o direito à igualdade, a autonomia e liberdade das mulheres, promoveremos políticas que enfrentem a discriminação no mercado de trabalho, com o objetivo de garantir igualdade salarial para mulheres e homens que exerçam as mesmas funções e a ampliação da participação de mulheres em cargos e posições de tomada de decisão. Oferecemos apoio ao empreendedorismo feminino, por meio de acesso a crédito e microcrédito e capacitação profissional. Para garantir o direito ao trabalho e à educação de mães, estimularemos a ampliação da oferta de vagas em creches em tempo integral e o compartilhamento dos cuidados dos filhos com os pais, com a ampliação do tempo de licença paternidade e a construção de um modelo que possibilite uma transição gradual para um sistema de licença parental, que possibilite o compartilhamento do período de licença entre mães e pais, sem prejuízo do tempo de licença já conquistado pelas mulheres.

População Negra

Para a garantia dos direitos da população negra e enfrentamento do racismo, serão mantidas ações afirmativas e de promoção da equidade que visem ampliar o acesso à educação superior e à terra e territórios. Promoveremos políticas de inclusão, de igualdade de oportunidades e de remuneração no mercado de trabalho.

Investiremos em políticas de prevenção e combate à violência, priorizando ações específicas para frear o alto índice de homicídios de jovens negros no Brasil e o combate aos crimes de ódio ligados ao racismo. Promoveremos a valorização da cultura negra e sua importância na história do país, a partir da ação conjunta de ministérios e entidades da sociedade civil.

Povos e Comunidades Tradicionais

A existência de Povos e Comunidades Tradicionais é uma das grandes riquezas do nosso país - Povos Indígenas, quilombolas, ciganos, faxinalenses, pomeranos, caiçaras, pescadoras e pescadores artesanais, seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, para citar alguns. Criaremos políticas de fomento à suas atividades econômicas, com atenção às suas especificidades culturais, retomando e ampliando o Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Siciobiodiversidade.

Promoveremos a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento e titulação de terras quilombolas, retomaremos os processos de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável – especialmente Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, e implantaremos um sistema de compensação financeira para as comunidades tradicionais que promoverem a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Garantiremos os procedimentos de consulta livre, prévia e informada para ações que envolvam os povos indígenas e comunidades tradicionais, seja no uso de seus conhecimentos, que será condicionado à justa repartição de benefícios, seja em procedimentos de licenciamento ambiental que os impacte direta e indiretamente. Serão garantidos programas educacionais diferenciados e adaptados às realidades e especificidades locais e o direcionamento de recursos de ciência e tecnologia para iniciativas dos povos tradicionais. Implementaremos ações para a efetiva investigação e punição de crimes ambientais e violações de direitos humanos dessas comunidades e o reconhecimento de saberes, culturas e inovações dos diferentes povos.

LGBTI

Promoveremos políticas para garantir o respeito e o exercício pleno da cidadania por LGBTIs. Para enfrentarmos a situação de maior vulnerabilidade criaremos políticas de prevenção e combate a todas as formas de violência e discriminação e para garantir o acesso ao mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo. Investiremos em políticas de prevenção e combate à violência, priorizando ações específicas para frear o alto índice de homicídios e violência física contra LGBTIs.

As proposições do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT serão consideradas na elaboração de políticas públicas específicas.

O Conselho Nacional de Justiça regulamentou a celebração de casamento civil de pessoas do mesmo sexo, através da Resolução 175/13. Acataremos a demanda de que os direitos decorrentes dessa decisão sejam protegidos por lei.

Em casos de adoção, defendemos que seja oferecido tratamento igual aos casais adotantes, com todas as exigências e cuidados iguais para ambas as modalidades de união, homo ou heteroafetiva, atendendo à prioridade de garantir o melhor interesse da criança.

Pessoas com deficiência

O paradigma da “inclusão”, que substituiu a ideia de “integração”, atribui maiores responsabilidades à sociedade e ao Estado. As barreiras cotidianas a derrubar são de natureza arquitetônica, funcional e de mobilidade, além das mudanças de per-

cepção da sociedade sobre o papel, as necessidades e os direitos das pessoas com deficiências. Para a garantia desses direitos, criaremos e fortaleceremos políticas de promoção da autonomia e condições necessárias para que sejam protagonistas de suas próprias vidas.

As estratégias serão de fortalecer sua cidadania, complementarmente ao seu acesso ao mercado de trabalho, às atividades culturais e esportivas, à participação política e ao acesso à educação e à saúde. Ampliaremos a fiscalização sobre o cumprimento da lei de cotas e a oferta de cursos de capacitação profissional para os candidatos às vagas inclusivas. No campo da Educação, fortaleceremos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ampliando e qualificando o debate sobre sua implementação com todo os envolvidos e interessados – educadores, gestores, comunidade escolar e famílias.

Idosos

Segundo o IBGE, em 2030, o número de pessoas com 60 anos ou mais será maior do que o de jovens de 14 anos. Essa mudança na estrutura da população brasileira exige novas formas de organizar as políticas públicas que garantam qualidade de vida para os idosos. A Política Nacional para os Idosos, regulamentada em 1994, além da criação do Conselho Nacional do Idoso, visa assegurar o exercício da cidadania por aqueles e aquelas com 60 anos ou mais. Em 2003, o Estatuto do Idoso regulamentou os direitos para a população dessa faixa etária.

As políticas de proteção aos idosos serão voltadas a garantia, entre outros direitos, ao atendimento integral a sua saúde, em especial por meio do Programa de Saúde da Família, com visitas domiciliares e divulgação de informação, além do apoio à prevenção de doenças ligadas ao envelhecimento e programas de tratamento de doenças crônicas comuns nesta fase da vida. Promoveremos a formação em geriatria para todos os profissionais de saúde.

Pretendemos incentivar programas voltados à prática de atividades físicas e programas de inserção em atividades de formação para o uso e acesso à tecnologia. Um novo modelo de atenção ao idoso será instituído, contemplando lazer, bem como condições de fortalecimento dos laços de pertencimento às suas comunidades, oportunidades de transmissão de conhecimentos e habilidades e inclusão produtiva.

Outra política fundamental, será a de promover, junto com Municípios, a adequação do espaço urbano para atender às necessidades da população idosa, ampliar o número de vagas em Instituições de Longa Permanência e instituir programas de construção e adaptação de moradias adequadas aos idosos.

Juventudes

Queremos enfrentar a combinação de fatores que impede o acesso dos jovens a oportunidades. Devemos entender que não existe uma juventude uniforme, mas uma diversidade de condições e uma diversidade de juventudes que demandam respostas específicas.

Os jovens são as maiores vítimas da violência e dos homicídios. Para combater a violência e promover novas perspectivas, é fundamental garantir, além de uma educação de qualidade, o acesso à cultura e ao esporte. Investiremos em espaços públicos e infraestrutura para atividades culturais e esportivas, principalmente em regiões mais pobres, estimulando valores como coesão social, integração e trabalho criativo. Propomos, também, a criação de um programa que abra para os jovens entre 16 e 24 anos a possibilidade de realizar serviço civil durante um ano em atividades culturais e comunitárias.

Milhões de jovens terminam o ensino médio ou a faculdade e não conseguem emprego ou estão subempregados. É necessário reformular as políticas relativas ao primeiro emprego, levando em conta as diferentes realidades do universo juvenil. A inclusão produtiva também deve ser estimulada com políticas de apoio ao empreendedorismo juvenil, garantindo cursos de capacitação e acesso a crédito e microcrédito. As novas formas de organização da produção, o acesso a novas tecnologias e a uma economia criativa devem ser colocadas ao alcance dos jovens para que construam um novo país.

Por fim, para promover a participação política dos jovens, retomaremos os Encontros Nacionais da Juventude, para debater e formular políticas que atendam a seus interesses e necessidades coletivos.

BEM-ESTAR ANIMAL

É fundamental que nossas propostas para a formação de uma verdadeira cultura de paz estabeleçam uma relação de valorização a toda forma de vida. É uma questão de cultivar bons valores para a vida e evoluirmos enquanto sociedade. Elaborada pela UNESCO, a Declaração Universal do Direito dos Animais completou 40 anos em janeiro. Portanto, já é passada a hora de implementarmos políticas que promovam o bem-estar dos animais no país, seja os de produção, para consumo humano, de estimação, de trabalho, selvagens ou os de laboratório. Para tanto, é necessário capacitar os profissionais que lidam com as diversas espécies e reforçar a fiscalização para coibir práticas que causam sofrimento dos animais empregados em diferentes atividades produtivas ou em pesquisa.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Não existe desenvolvimento pleno ou crescimento econômico durável sem investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). A ciência brasileira vive hoje sua maior crise de financiamento após uma forte expansão do sistema nas últimas duas décadas, o que compromete a competitividade econômica – nos últimos oito anos o Brasil caiu 17 posições no Global Innovation Index – e a busca de respostas a problemas da sociedade. A ciência e a inovação são áreas estratégicas para o país.

Nosso governo parte da concepção geral de que os recursos para a CT&I são investimentos, não gastos, e precisam ter tratamento diferenciado, com imunidade a contingenciamento como manda a lei. Recriaremos o Ministério da Ciência e Tecnologia, buscando recompor seu orçamento. Trabalharemos para implementar, nos próximos quatro anos, a meta da Estratégia Nacional de CT&I de elevar os investimentos em pesquisa e inovação a 2% do PIB.

O crescimento de longo prazo do país depende fundamentalmente do aumento da produtividade e da sua capacidade de inovação. No Brasil a maioria das empresas inovam pouco e os gastos de pesquisa e desenvolvimento têm uma eficiência muito baixa. Os custos para inovar e adaptar tecnologias são elevados, refletindo a escassez de pessoas qualificadas, particularmente de engenheiros capazes de traduzir conceitos e ideias em utilidades. Nosso ambiente de negócios é adverso e pouco propício à inovação e à adoção de novas tecnologias. Nossas propostas para reverter esse quadro incluem a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias, para e importação de equipamentos, materiais, insumos e serviços, utilizados em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Promoveremos o aperfeiçoamento dos mecanismos necessários para absorver cientistas estrangeiros qualificados que tenham interesse em trabalhar no Brasil, a colaboração universidade-empresa e reorientaremos as linhas de crédito do BNDES para financiamento de inovação, microcrédito e projetos de impacto socioambiental.

CIDADES SUSTENTÁVEIS E URBANISMO COLABORATIVO

Vivemos a Era das Cidades. Três em cada quatro brasileiros vivem em área urbana. Quando pensamos em melhorar a qualidade de vida de nossa população, não podemos deixar de pensar no planejamento e na realização das políticas públicas nos territórios.

Precisamos desenvolver cidades saudáveis e democráticas. O planejamento urbano não pode reforçar a exclusão social, com a construção de bairros desprovidos dos serviços públicos e da infraestrutura necessários para garantir qualidade de vida para todos os cidadãos. Nosso governo se compromete a promover e fortalecer políticas para um planejamento urbano integrado, de cidades e regiões metropolitanas, que garanta, além do direito à moradia, acesso a meios de transporte coletivos, coleta de resíduos, saneamento básico e serviços públicos de qualidade.

Promoveremos políticas para um urbanismo colaborativo, que valorizem a criação, revitalização e o uso de espaços públicos seguros e atrativos, onde a população possa interagir e se manifestar culturalmente.

Fortaleceremos programas de habitação popular, que atendam a diversidade de situações urbanas e familiares, e que respondam, em especial, às necessidades dos mais pobres, com padrões urbanísticos, arquitetônicos e ambientais adequados. Será dada prioridade ao apoio a programas municipais de recuperação de centros urbanos degradados, que já ofereçam infraestrutura e acesso a serviços, por meio da reforma e modernização de edifícios abandonados ou com baixa ocupação, promovendo a locação social, de forma a estimular modelos mais compactos de cidades, que preveja a convivência entre classes sociais.

Promoveremos a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, estimulando a redução, coleta seletiva, reciclagem e disposição adequada dos resíduos sólidos. Investiremos na expansão e qualificação dos sistemas de transporte público e na promoção da universalização do saneamento básico.

As cidades têm papel fundamental no combate às mudanças climáticas. Promoveremos um desenvolvimento urbano que inclua a redução de emissão de gases de efeito estufa entre as suas prioridades. Desenvolveremos políticas de mobilidade urbana que estimulem modais com baixa emissão de poluentes, geração de energia limpa, renovável e distribuída e com eficiência energética, substituição de veículos movidos a combustíveis fósseis pelos elétricos e movidos a biocombustíveis e valorização de áreas verdes.

Apoiaremos os municípios a implementarem planos de contingência e monitoramento de extremos climáticos para a prevenção e mitigação dos impactos de desastres naturais como secas, alagamentos, enxurradas e deslizamentos, que afetam milhares de pessoas anualmente no Brasil.

Estimularemos que os municípios adotem mecanismos de transparência ativa, com a criação de estratégias digitais que permitam a divulgação de indicadores sociais e econômicos, contribuindo para que os cidadãos acompanhem a evolução das políticas públicas e o cumprimento de metas dos planos diretores.

O BRASIL NA ECONOMIA DO FUTURO COM SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E EMPREGO

O mundo passa por aceleradas transformações científicas e tecnológicas, que resultam em desafios inéditos a serem enfrentados por pessoas, países, instituições, comunidades e empresas. Vivemos um processo de mudanças sem precedentes, em que os avanços da revolução digital se traduzem rapidamente em novos bens e serviços, alterando a organização das cadeias produtivas e influenciando fortemente as demandas e a natureza do desejo dos cidadãos e consumidores.

Nesse contexto, é necessário implementar uma agenda para dinamizar a economia, por meio da inovação, melhoria do ambiente de negócios, reduzindo a insegurança jurídica e as incertezas regulatórias.

A criação de empregos dignos será o foco central de nossas políticas econômicas e sociais. Propomos uma revisão das prioridades de intervenção do Estado, privilegiando as atividades que de fato geram mais empregos. Promoveremos a diminuição dos custos de contratação do trabalho formal e orientação dos programas sociais à inserção produtiva.

Atuaremos para recuperar a capacidade de investimentos do Estado, priorizando obras de infraestrutura com rápida e significativa criação de empregos formais e que favoreçam as perspectivas de crescimento da economia no médio e longo prazo, em especial, obras de saneamento e transportes.

Propugnamos um estado mobilizador, eficiente e transparente. Ainda que os investimentos públicos permaneçam necessários, o envolvimento do setor privado é imprescindível. Devemos reconhecer as obrigações do Estado no âmbito do planejamento e regulação, e suas limitações no plano do financiamento e execução. Iremos mobilizar o potencial de contribuição do setor privado, sem subsídios ou artificialismos, em diferentes modalidades, como concessão, PPPs e autorização. Para evitar desperdícios, ineficiências e coibir a corrupção em obras públicas, propomos tornar obrigatória a contratação do seguro-garantia para obras públicas, que exige a apresentação de projeto executivo como pré-requisito e institui mecanismos eficazes e transparentes de fiscalização e acompanhamento.

A privatização não será tratada com posições dogmáticas. O Brasil possui 168 estatais que merecem ser analisadas, a partir dos critérios de custo para a sociedade, eficiência do serviço público, questões estratégicas para o Estado e a não fragilização de setores desfavorecidos. Não privatizaremos a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A privatização da Eletrobrás será analisada no contexto da política energética nacional, que deverá modernizar suas estratégias a fim de incorporar as energias renováveis, mas suas distribuidoras certamente deverão passar para a iniciativa privada.

A abertura da economia, realizada de forma programada e organizada, e a integração com as cadeias produtivas internacionais são medidas fundamentais para promover a eficiência e a produtividade. O Brasil é uma das economias mais fechadas do mundo, considerando a soma de importações e exportações proporcionalmente ao PIB. A abertura terá prazo anunciado para permitir que a economia local

se adapte e os investimentos necessários sejam realizados de forma adequada e será feita conjuntamente com a celebração de acordos comerciais multi e bilaterais.

Vamos incentivar o aumento de nossa capacidade de exportação, tanto da indústria, como de serviços e de commodities, com a reforma e atualização do regime de comércio exterior, definição de um cronograma de redução de tarifas e barreiras não-tarifárias, redução dos obstáculos de natureza burocrática e desoneração das exportações.

Outro compromisso fundamental de nosso governo será a inclusão digital. Nesse sentido, promoveremos iniciativas para universalizar o acesso público à banda larga, tornando a conexão à internet em serviço essencial no país, como eletricidade e água.

Lideraremos uma agenda para dinamizar a economia, por meio da melhoria do ambiente de negócios, facilitando a abertura e fechamento de empresas, desburocratizando processos, reduzindo a insegurança jurídica e as incertezas regulatórias, conferindo maior autonomia decisória e financeira às agências reguladoras e promovendo a inovação.

Estimularemos e apoiaremos o empreendedorismo. Para isso, facilitaremos o acesso ao microcrédito e promoveremos a capacitação e orientação dos empreendedores para a gestão de negócios. Promoveremos a desburocratização de processos, especialmente com a ampliação de serviços integrados por meio eletrônico.

Criaremos e fortaleceremos políticas que estimulem uma economia colaborativa e inovadora, a exemplo da economia compartilhada, em que pessoas dividem o uso de produtos e serviços, valorizando a experiência no lugar da posse; da economia solidária, em que atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito são organizadas sob a forma de autogestão, promovendo o desenvolvimento local; da economia criativa, que reúne atividades ligadas ao campo da cultura e do conhecimento, e na qual hoje se destacam as startups, com o uso das novas tecnologias; e da economia circular, uma indústria reversa que transforma resíduos em matéria prima e energia.

O turismo desempenha hoje um importante papel na geração de empregos na economia mundial. De acordo com o relatório de 2017 do Fórum Econômico Mundial, o setor de viagens e turismo foi responsável por 1 em cada 10 empregos no mundo. O mesmo relatório mostrou ainda que o Brasil se encontra no 27º lugar no Ranking de Competitividade em Viagem e Turismo, que avaliou 136 países. De um lado, contamos com os maiores e mais diversificados recursos naturais do planeta, com elevados recursos culturais e um alto fluxo de viagens de negócios. De outro, a falta de segurança, o ambiente de negócios e a baixa qualificação da mão de obra continuam impondo um obstáculo ao crescimento do setor.

Estimularemos a capacitação permanente de mão de obra e a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas, visando a gerar novos negócios e rotas turísticas locais. Fomentaremos programas de divulgação interna e externa de destinos turísticos de modo a disseminar um novo cenário do país ante o cenário turístico mundial. Criaremos parcerias com as municipalidades para conservação e melhorias de equipamentos turísticos e investimentos em infraestruturas para as áreas protegidas de adequarem ao ecoturismo.

Ampliaremos investimentos em projetos de infraestrutura que tenham impacto positivo para o turismo e para a conservação dos recursos naturais e paisagens cênicas, com prioridade para o ecoturismo e o turismo de base comunitária como alternativas para o desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas farão parte de um programa integrado de turismo sustentável, inclusão social, respeito à diversidade cultural e desenvolvimento econômico com cadeias produtivas locais e solidárias.

/ 15

INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo estudos recentes da Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes da Fundação Dom Cabral (PILT/FDC), mantidos os programas e as condições atuais, teremos em 2035 uma matriz de transportes com 50,3% de rodovias, 30,5% ferrovias, 16,1% aquaviária e 3,1% dutoviária. O volume de cargas deverá aumentar em 40,8%, dividida da seguinte forma: 37,2% de granel sólido não agrícola (basicamente minérios), 33,8% de carga geral, 14,9% de granel líquido e 14,1% de granel sólido agrícola.

Caso não haja uma atuação decisiva para inverter as tendências descritas, o país continuará a ser dependente de rodovias em viagens de longa distância, transportando produtos de baixo valor agregado e peso bruto alto. Como consequência, haverá limitação crescente nas possibilidades da implantação de novos modais para os setores estratégicos, como o agrícola, afetando negativamente a rentabilidade em geral e do próprio setor rodoviário, visto que a qualidade da malha rodoviária seguirá sendo um problema frente à sua degradação e às dificuldades para financiar sua recuperação.

Não temos dúvida de que um dos maiores gargalos do processo de desenvolvimento do Brasil decorrem da precariedade da infraestrutura de transporte de produtos, insumos e mercadorias, consequência da falta de visão de longo prazo e de um planejamento consistente e democraticamente construído. Nesse sentido, criaremos uma instância de governo especificamente dirigida ao planejamento e estabelecimento de condições para atrair o setor privado para, em parceria com o poder público, enfrentar o desafio de garantirmos uma infraestrutura adequada às necessidades da economia brasileira. Seu formato será o de uma agência técnica independente, composta por representantes do governo e da sociedade, em especial investidores e usuários, agentes de financiamento, fornecedores de máquinas e equipamentos, universidades e centros especializados.

No setor de energia elétrica enfrentaremos o problema da má gestão de sucessivos governos que, por meio de medidas provisórias, têm gerado um ambiente confuso e predatório no setor. Esse é o caso da MP 579/12, convertida na Lei 12783/13, que gerou custos de R\$150 bilhões e perda de valor de mercado das empresas do setor de aproximadamente R\$60 bilhões. Outro exemplo é a má gestão da Eletrobrás, que sendo detentora de 1/3 do parque gerador e metade das linhas de transmissão, tem praticado uma política de preços que afasta os investidores privados e prejudica a operação da própria empresa.

Investiremos no estabelecimento de um ambiente de segurança jurídica no setor para atrair investidores e consolidar uma matriz elétrica sustentável que incorpore suas externalidades e produza o menor custo de investimento e de operação possível.

No setor de Logística enfrentaremos a limitação do investimento privado, consequência das dificuldades em avançar ou finalizar o processo de concessões em modais, como o ferroviário e aéreo, e na contratação e execução de obras. Vamos enfrentar o problema dos atrasos e abandono de obras, que atualmente se verifica no país, resultado da alocação inadequada de riscos entre público e privado nos contratos de concessões.

Adotaremos uma estratégia de negociação que permita ampliar significativamente o número de concessões nos diferentes modais, incluindo a renegociação dos contratos da malha ferroviária concedida, permitindo o aumento de investimentos, melhorando o desempenho e incluindo a garantia de compartilhamento das vias. No caso dos aeroportos, lançaremos pacotes de licitação que permitam equilíbrio entre aeroportos lucrativos e deficitários e finalizaremos reestruturação da Infraero.

Na revisão da lei de licitações (8.666/93), que se encontra em discussão no Congresso Nacional, é imperativo que seja fortalecida a transparência e incluídos mecanismos modernos de contratação que permitam considerar não apenas o custo, mas a qualidade dos projetos e dos executores e a observância da legislação de proteção ao meio ambiente.

Atuaremos para estimular o avanço consistente nos modais ferroviários, hidroviários e cabotagem, por meio de um planejamento consistente e elaboração dos estudos viabilizados com recursos públicos em parceria com a iniciativa privada.

No setor de infraestrutura urbana atuaremos para superar a falta de cultura de planejamento urbano, oferecendo apoio financeiro e técnico aos Municípios por meio do BNDES, IPEA e Ministério das Cidades, oferecendo a do uso de imóveis federais em projetos de regeneração urbana considerados estratégicos.

Considerando a severa restrição fiscal que limita fortemente o aumento de gastos discricionários, incluindo investimentos públicos, a forma mais racional de viabilizar projetos estruturantes no Brasil é pelo investimento privado. Por se tratarem de contratos de longo prazo é fundamental o estabelecimento de um ambiente de segurança econômica, jurídica e política para estimular sua maior participação. Nesse contexto, o papel republicando das agências reguladoras é fundamental. O Brasil possui 6 agências reguladoras federais relacionadas a infraestrutura, 27 estaduais, 4 intermunicipais e 16 municipais. Garantiremos a autonomia administrativa e financeira das agências reguladoras federais, dotando-as de equipes técnicas de alta credibilidade.

/ 16

LIDERANÇA NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE CARBONO NEUTRO

Os desafios que emergem das mudanças climáticas e seus potenciais impactos podem se constituir em uma grande oportunidade para a implantação de uma agenda positiva de desenvolvimento da economia brasileira de forma sustentável e sustentada. Uma agenda que, simultaneamente à implementação das urgentes medidas de mitigação e adaptação do país às alterações do clima, promove o crescimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda, melhorando assim as condições de vida da população.

Em nenhum outro país as condições naturais para uma transição justa para uma economia de carbono neutro são mais evidentes do que no Brasil. Temos alta capacidade para gerar energia de fontes renováveis como biomassa, solar, eólica e hidrelétrica e detemos as maiores áreas de florestas entre os países tropicais, enorme biodiversidade e a segunda maior reserva hídrica do mundo.

Diante disso, promoveremos o alinhamento das políticas públicas, em especial as políticas econômicas, fiscal, industrial, energética, agrícola, pecuária, florestal, da gestão de resíduos e de infraestrutura, aos objetivos gerais do Acordo de Paris, de forma a cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil por meio de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Essas políticas devem estar voltadas a uma estratégia de longo prazo de descarbonização da economia com emissão líquida zero de gases de efeito estufa até 2050.

Os desafios e oportunidades impostos pelas mudanças climáticas, a busca por lucratividade -- em função da queda dos preços do petróleo -- e a crescente pressão da sociedade civil, instituições e governos têm levado as grandes empresas petroleiras mundiais a redirecionarem seus esforços e recursos para investimentos em energias renováveis. Nesse sentido, em nosso governo, a Petrobras deverá assumir um papel de liderança nos investimentos em energias limpas, se beneficiando do enorme potencial brasileiro.

Atualmente, importantes bases desta mudança de paradigma já estão emergindo. No campo das energias renováveis, há um forte ganho de competitividade, que vamos potencializar por meio do estímulo regulatório à geração distribuída e ações que aumentem o nível de eficiência energética pelos consumidores.

Estabeleceremos incentivos e metas para a melhoria da eficiência energética em todas as etapas, a partir da geração, transmissão e distribuição até os consumidores finais, principalmente os intensivos em energia. A definição de metas de redução do consumo deve tornar-se critério de remuneração das distribuidoras de energia, que no atual modelo, de forma contraditória à crescente necessidade de racionalização do uso e conservação de energia, têm retornos maiores quanto maior for o consumo.

Criaremos um programa de massificação da instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica distribuída nas cidades e comunidades vulneráveis. Esta política vai gerar novas oportunidades de emprego na produção e instalação dos painéis solares e a possibilidade de geração de renda, com a venda do excedente de energia produzida. Serão realizadas parcerias com instituições de pesquisa para fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias visando a redução de custos e o aumento da eficiência energética. Nossa meta é chegarmos a 1,5 milhão de telhados

solares fotovoltaicos de pequeno e médio porte até 2022, representando 3,5 GW de potência operacional.

Além de reduzir a emissão de GEE, a adoção de energias renováveis também tem elevado potencial de criação de postos de trabalho. Segundo relatório mais recente da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), o Brasil é o segundo país no mundo que mais cria empregos nesse campo, atrás apenas da China. Em 2017, o país empregou 1,7 milhão de trabalhadores direta e indiretamente na geração de energias renováveis, com destaque para 795 mil empregos na área de biocombustíveis. Uma política ativa de incentivos à adoção da energia solar fotovoltaica poderá gerar cerca 3,9 milhões de empregos diretos e indiretos até 2030. Por sua vez, projeções do Ministério de Minas e Energia apontam que a implementação do RenovaBio, compromisso que assumimos desde já, deverá criar 1,4 milhão de empregos nesse período.

A economia florestal também se desenvolve com grande destaque, oferecendo caminhos para a valorização da floresta em pé e das comunidades tradicionais vinculadas à sua utilização e conservação. É o setor em que podemos produzir os resultados de mitigação mais rápidos e intensos.

Ampliaremos o sistema de monitoramento de desmatamento, degradação e mudanças na cobertura do solo e implementaremos medidas de financiamento e compensação, como o pagamento por serviços ambientais, mecanismos de mercado eficientes, incluindo os mercados de carbono, que estimulem iniciativas para conferir valor às florestas, com vistas a atingirmos o desmatamento zero no Brasil, no menor prazo possível, com data limite em 2030.

O setor também se destaca pela geração de postos de trabalho, já que apenas a indústria de árvores plantadas hoje, que inclui a produção de painéis de madeira, papel e celulose, emprega de forma direta e indireta quase 4 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a recuperação de florestas nativas tem elevado potencial de criação de emprego e renda: estudo do IPEA mostra que 200 empregos diretos e indiretos são criados para cada 1 mil hectares de áreas em recuperação. Levando em conta que, como signatário do Acordo de Paris, o Brasil assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030, isso teria o potencial de criação de milhões de empregos adicionais.

Estimularemos o uso sustentável de nossos ecossistemas e o incentivo à bioprospecção, por meio editais de pesquisa e linhas de financiamento a novos negócios voltados ao aproveitamento da biodiversidade brasileira, especialmente em seu potencial de substituição de insumos de fontes não renováveis.

O critério da descarbonização será efetivamente incorporado à estrutura tributária brasileira. No curto prazo, iremos aperfeiçoar a CIDE, com um adicional mínimo simbólico segundo a intensidade de carbono. No médio prazo, uma taxa de carbono deve ser incorporada ao sistema tributário nacional, no contexto de uma ampla reforma tributária. Implementaremos também o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões e outros mecanismos para introduzir a precificação das emissões de gases de efeito estufa no Brasil.

A agropecuária, importante fonte de dinamismo da economia brasileira, possui também enorme potencial de redução das emissões e está exposta a grandes desafios em função da própria mudança do clima que irá afetá-la fortemente. Promoveremos a expressiva ampliação das práticas de Agricultura de Baixo Carbono nos planos-safra anuais, reduzindo as dificuldades burocráticas e estabelecendo reais atrativos para adesão ao sistema, e desenvolveremos programas de compensação financeira que beneficiem comunidades tradicionais e agricultores familiares pela conservação da biodiversidade e ecossistemas, e serviços ambientais gerados por esta importante contribuição.

/ 17

QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO

Nos últimos 50 anos, o Brasil se transformou numa potência global na produção de alimentos e energia de biomassa a partir da sua produção agropecuária. Atingiu este patamar de produção com padrões de sustentabilidade e controle sanitário avançados e reconhecidos internacionalmente. O Brasil se destaca como o primeiro, ou dentre os primeiros produtores e exportadores de várias culturas e produtos agropecuários. Em 2017, o PIB do setor agropecuário representou 22% do PIB do País, respondeu por 20% dos empregos e 44% das exportações totais brasileiras, equivalente a US\$ 97 bilhões.

O potencial do setor, no entanto, pode ser muito maior se as enormes deficiências ainda existentes forem corrigidas. A insuficiente e precária infraestrutura de armazenamento e transporte tem elevado o custo do produto brasileiro de forma injustificada, onerando preços para o consumidor brasileiro e reduzindo sua competitividade internacional. Custos elevados de transporte e as perdas geradas por uma infraestrutura debilitada, na forma de estradas mal ou não-pavimentadas, malha ferroviária absolutamente insuficiente em extensão e qualidade, e falta de capacidade de armazenagem, tem inflado o custo de produção, diminuindo a renda de toda a cadeia produtiva, e limitando a capacidade do agricultor aplicar práticas mais avançadas no campo.

O segundo maior fator que tem afetado o setor agropecuário é o protecionismo e outras práticas distorcivas de comércio, como subsídios à produção local e à exportação. É preciso manter a vigilância e o combate permanente a práticas distorcivas através dos instrumentos disponíveis na OMC. Além disso, o Brasil tem sido muito tímido em negociações de livre comércio, o que tem reduzido a sua participação nos fluxos de comércio internacional, apesar de sua pujança e reconhecida capacidade produtiva.

Para enfrentar os problemas acima descritos e apoiar o desenvolvimento do setor, vamos implementar um conjunto de iniciativas que incluem: estabelecer modelos de contratação estimulem o investimento privado em infraestrutura, garantindo estabilidade de regras e segurança jurídica; promover iniciativas que levem a uma maior integração e ao livre comércio de produtos agropecuários, através de uma agenda ativa de negociações internacionais: criar instrumentos que valorizem a produção e a comercialização de produtos agropecuários de forma sustentável e promover a valoração econômica da preservação de recursos naturais como florestas naturais, a água, e a biodiversidade nas propriedades rurais; fortalecer os mecanismos de controle sanitário, com integração crescente entre os órgãos de fiscalização e monitoramento e as empresas envolvidas com o processamento agroindustrial; e, criar condições para a ampliação do seguro rural, como instrumento de proteção da renda do produtor e mitigação dos riscos climáticos.

Estimularemos, ainda, a integração virtuosa da agricultura energética com a agricultura alimentar, com o objetivo de capitalizar a agricultura alimentar e atender a demanda crescente por bioenergia e biocombustíveis, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa, por meio da redução do consumo de combustíveis fósseis.

Finalmente, criaremos incentivos para o fomento à pesquisa, tanto na Embrapa como em outras instituições criteriosamente selecionadas, para promover a constante inovação no setor.

Outra frente importante em que vamos atuar com determinação diz respeito ao planejamento do uso da terra no país. Promoveremos um Estudo de Planejamento da Paisagem e Ordenamento do Território em todo o território nacional, como subsídio a uma proposta de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) aberta ao debate público. Garantiremos apoio financeiro e técnico aos estados que comprovadamente tenham limitações para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a fim de viabilizar a validação dos dados cadastrados. Apoiaremos a definição de metas concretas para a regularização do Programa de Regularização Ambiental (PRA) pelos estados e da Cota de Reserva Ambiental (CRA), incluindo prazos, e prevendo recursos financeiros e humanos para garantir a efetiva implementação desses dispositivos. Essas serão importantes iniciativas para a implantação do Código Florestal, sem mais prorrogações ou atrasos.

A agricultura brasileira teve importantes ganhos de produtividade nas últimas décadas. A produção cresce mais rápido do que a área cultivada, mas há importantes desafios a enfrentar para torná-la adequada do ponto de vista socioambiental. Isso porque, a expansão ainda avança sobre florestas e outras áreas de vegetação natural em todos os biomas brasileiros, especialmente no Cerrado.

A competitividade internacional da agropecuária brasileira pode ser aumentada se o país avançar nas questões socioambientais. A racionalização do uso de insumos, a promoção de técnicas de melhoria e conservação do solo, o controle biológico, com a concomitante redução do uso de agrotóxicos, e a diversificação da produção são algumas das medidas que podem ser adotadas.

Promoveremos uma nova geração de políticas e programas voltados à questão agrária e à agricultura familiar no Brasil, incluindo uma reforma no ambiente institucional. A mera reedição das políticas anteriores não será suficiente para um tratamento adequado a essas questões de grande significado social, econômico e ambiental. Tampouco é aceitável a simples descontinuidade destas políticas, como tem ocorrido nos últimos anos.

Desenvolveremos, em parceria com organizações públicas, universidades e sociedade civil projetos estratégicos para os assentamentos rurais. Hoje parte deles produz, mas outra parte tornou-se lugar de moradia simplesmente. Incentivaremos o desenvolvimento de políticas públicas que sejam capazes de reorientar a produção em assentamentos, tornando-os polos de transição ecológica em direção a um sistema agroalimentar inovador.

Daremos tratamento específico, com o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas para uma grande faixa situada no semiárido nordestino, onde estão concentrados os minifúndios no Brasil, com vistas a superar a situação de precariedade em que vivem centenas de milhares de famílias.

Unificaremos os cadastros de terras e atuaremos com firmeza na resolução dos conflitos no campo. A regularização fundiária e o ordenamento territorial no Brasil são prioridades do nosso governo, visando à consolidação de um modelo de utilização da terra que garanta segurança jurídica para os produtores familiares e assentados, setor empresarial, comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas e extrativistas, compatíveis com a conservação da biodiversidade.

Promoveremos a integração das estruturas educacionais com as redes de ciência e tecnologia, incluindo os institutos de pesquisa, universidades e a rede da Embrapa, hoje totalmente apartados, pois é fundamental criar um novo ambiente educacional para uma nova agricultura e um novo Brasil rural.

Proporemos a reforma do Imposto Territorial Rural (ITR), a fim de desestimular a atuação patrimonialista dos proprietários de terras, incentivando os agricultores - grandes ou pequenos - que se posicionem numa perspectiva de transição ecológica.

O Estatuto da Terra tem mais de meio século de existência. É preciso harmonizar os novos instrumentos de gestão do território, promovendo um efetivo zoneamento ecológico e econômico, para o gerenciamento da questão agrária no país, fortalecendo, também, a rede de unidades de conservação e definindo as áreas prioritárias para a proteção e uso sustentável da biodiversidade e produção de serviços ecossistêmicos.

A agricultura familiar é fundamental para produzir alimentos para o consumo interno, garantir o trabalho e a geração de renda no campo. Seu financiamento será garantido com a destinação de recursos de forma crescente e constante ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Nossas políticas de apoio à agricultura familiar incluem a ampliação dos recursos destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo será investir no desenvolvimento de tecnologias e insumos apropriados e a abertura de mercados por meio da aplicação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - que favorece as compras governamentais de produtos destinados à merenda escolar, quartéis, hospitais e presídios - pagando-lhes preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais.

Priorizaremos, ainda, iniciativas para aprofundar e expandir programas de capacitação técnica para pequenos agricultores, dando atenção especial à agroecologia; promover, em parceria com os municípios a oferta local de composto orgânico por meio da compostagem; incentivo à instalação de pequenas unidades processadoras de bioinsumos - principalmente fertilizantes orgânicos e microorganismos benéficos para controle biológico; incentivo a incubadoras, nas universidades, de empresas para desenvolvimento e fabricação de insumos agroecológicos; apoio à criação de núcleos de agroecologia nas instituições de ensino, reunindo a força dos jovens ao conhecimento científico e à experiência dos agricultores da região; ampliação do volume de recursos destinados ao seguro rural; e incentivo à capacitação de profissionais para gestão de cooperativas, principalmente as de agricultores familiares.

Apoiaremos a aprovação do projeto de lei da Política de Redução de Agrotóxicos, de iniciativa Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco.

Retomaremos os processos de reconhecimento de territórios quilombolas, sejam os que já estão concluídos e aguardam apenas a oficialização, sejam os que tramitam no órgão responsável. O mesmo empenho será dedicado à finalização dos processos administrativos das terras indígenas pendentes.

Quanto às comunidades indígenas desterritorializadas, em função da ocupação de suas terras por terceiros com patrocínio do Estado, criaremos um Fundo de Regularização Fundiária para readquirir estas terras a preços de mercado.

POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA DE ESTADO

A política externa deve ser uma política de Estado, orientada por princípios e valores, como a defesa dos direitos humanos, da democracia, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção, sem sujeição a relativizações de cunho ideológico.

Em nosso governo a política externa terá o compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a promoção da paz e da cooperação internacional.

A política externa deve nos proteger do que é prejudicial e canalizar o que nos é benéfico para a reconstrução do País. Nosso protagonismo nas negociações multilaterais por meio da Organização das Nações Unidas e demais organismos multilaterais e regionais será fortalecido e ampliado. Para tanto, devemos retomar nosso o mais rápido possível nosso lugar no Conselho de Segurança.

Para nós, a política externa brasileira deve ser ao mesmo tempo realista e transformadora. Realista para identificar exatamente nossas forças, nossos limites e nossos interesses, sem viés ideológico, e transformadora para identificar como modular as influências externas em nosso benefício e como e quando projetar nossos interesses e influências para o aperfeiçoamento da sociedade internacional. Neste sentido, há muito a contribuir para eventuais iniciativas que ajudem na solução de crises crônicas, como no oriente médio, por exemplo.

O Brasil precisa estar cada vez mais conectado às regiões e correntes dinâmicas da economia mundial e às cadeias globais de valor. Não temos a ganhar com o protecionismo. Precisamos de mercados abertos a nossos bens e serviços. A partir de um Mercosul modernizado e livre de barreiras internas, é preciso concluir as negociações com a União Europeia e com outros parceiros dispostos a uma abertura mutuamente vantajosa. Além das negociações tarifárias tradicionais, precisamos trabalhar por harmonização de regras, por esquemas efetivos de facilitação de comércio, pela promoção de investimentos. Arranjos bilaterais ou em formatos variáveis, que não firam os princípios da união aduaneira, também devem ser buscados. Devemos avançar mais na relação com a Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México) visando um tratado de livre comércio.

Quatro regiões do mundo são fundamentais para a política externa Brasileira: América do Sul, América do Norte, União Europeia e Leste Asiático. Com as quatro regiões devemos promover o aumento da interdependência econômica, tecnológica, política e cultural. Empresas das três últimas regiões tem vastos investimentos no Brasil que podem ser ampliados substancialmente e assim contribuir a compensar parcialmente a baixa taxa de poupança/investimento interno. Vivemos num mundo em que cresce cada vez mais a importância da tecnologia, por isso a política externa dedicará uma atenção especial a nossa relação com as sub-regiões do mundo que estão na fronteira da inovação tecnológica (em particular da inteligência artificial e da manufatura 4.0), como por exemplo o Vale do Silício na Califórnia e Baviera na Alemanha.

Nosso esforço externo tem de ancorar-se firmemente na África, continente em rápido crescimento econômico e demográfico. Com os irmãos africanos, nossa perspectiva não deve ser de uma falsa “ajuda”, mas sim de parceria. Vamos criar um ambiente favorável para que empresas brasileiras participem do processo de transformação produtiva e do desenvolvimento sustentável da África.

A liderança do Brasil no tratamento multilateral do desenvolvimento sustentável será resgatada e se tornará uma marca da diplomacia brasileira. O Brasil deve estar na vanguarda das discussões internacionais em matéria de mudança do clima e biodiversidade.

DEFESA NACIONAL E SOBERANIA DEMOCRÁTICA

Nosso governo fortalecerá as Forças Armadas no cumprimento de sua missão constitucional de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem. Para isso, nos comprometemos com a adequação dos efetivos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com o aprimoramento de sua capacidade operacional e com a elevação de seu nível tecnológico.

As Forças Armadas assumirão papel fundamental na defesa de fronteiras, no combate ao contrabando, ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas, bem como na proteção do meio ambiente, em especial no combate à biopirataria. Sua atuação receberá apoio do Estado e da sociedade civil, com a ampliação do debate democrático sobre o fortalecimento das estratégias de defesa.

CONDUZIR REFORMAS ESTRUTURAIS QUE SUSTENTEM NOSSA TRANSFORMAÇÃO

As inovações que introduziremos na economia não serão aventuras e respeitarão a estabilidade econômica, uma conquista do povo brasileiro, fundamental para avançarmos para o novo ciclo de prosperidade com que estamos comprometidos. Seus pilares fundamentais: superávit primário, câmbio flutuante, com intervenção para evitar excessiva flutuação, e regime de metas para inflação, são pressupostos básicos. Para tanto, é necessário reafirmar o compromisso com a autonomia operacional do Banco Central em seu objetivo institucional de manter a estabilidade da moeda e conter a inflação.

A carga tributária atingiu o seu ponto máximo e não pode ser elevada. O desafio que se impõe, portanto, é o rígido controle do gasto público, com seu crescimento condicionado ao limite de 50% do aumento do PIB. A eficiência na gestão do orçamento disponível, dirigindo os recursos para as reais prioridades da população, com combate sem tréguas à corrupção e a evasão fiscal, nos possibilitará fazer mais com menos. Esse é o caminho para, associado à queda dos juros básicos, promover um ajuste fiscal que permita que a trajetória Dívida/PIB se estabilize.

Como parte do esforço para aumentar a disponibilidade de recursos no orçamento vamos combater as distorções e privilégios adquiridos. Promoveremos uma revisão completa das renúncias fiscais, que representaram mais de 4% do PIB em 2017, e suspender a criação de Refis, que levaram a uma perda superior a R\$ 175 bilhões aos cofres públicos nos últimos dez anos e não se mostraram instrumentos eficazes para a recuperação dos créditos tributários, para aumentar a arrecadação ou promover a regularidade fiscal dos devedores.

O Brasil é ainda um país demograficamente jovem, mas com gastos previdenciários de países maduros. A reforma da previdência é incontornável, o gasto total com benefícios alcança 13% do PIB, excessivamente alto para o nosso perfil etário.

Atualmente, o Brasil tem 7,5 pessoas em idade de trabalho para cada idoso. Em 2060 essa relação cairá para 2,3 indivíduos entre 15 e 64 anos para cada pessoa com mais de 64 anos. Soma-se a isso, o fato de que a previdência brasileira é hoje profundamente regressiva.

Apresentaremos no início de nosso governo uma proposta de reforma da previdência que inclua a definição de idade mínima para aposentadoria, seguindo uma tendência mundial, com prazo de transição que não prejudique quem está prestes a se aposentar; eliminação dos privilégios de beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social que ingressaram antes de 2003; e um processo de transição para sistema misto de contribuição e capitalização, a ser implementado com responsabilidade do ponto de vista fiscal.

Serão, ainda, adotadas medidas rigorosas visando incrementar os esforços para reduzir a inadimplência da contribuição das empresas, combater as fraudes e promover a total transparência dos dados da Previdência e Seguridade Social. A importância dessas iniciativas podem ser comprovada pelos números envolvidos. Estudos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) estimou que o INSS

deixou de arrecadar cerca de R\$ 30,4 bilhões no ano de 2015 devido a sonegação ou inadimplência. Já o Tribunal de Contas da União (TCU) estima que as fraudes e erros na Previdência somaram R\$ 56 bilhões em 2017, equivalente à 30% de seus déficit naquele ano.

É imperativo, também, promover a reforma tributária para reduzir a complexidade e a insegurança jurídica, que dificultam o estabelecimento de um ambiente favorável aos negócios e ao empreendedorismo, com a implantação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), reunindo cinco tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Os princípios que nortearão essas mudanças são: simplicidade, para que as regras sejam claras e de fácil aplicação, com o mínimo de exceções e regimes especiais; transparência, para que o cidadão tenha clareza de quanto paga e possa cobrar a melhoria dos serviços públicos, exercendo a sua cidadania tributária; neutralidade, para desestimular as distorções na forma de organização, instalação e operação das empresas, eliminando a deletéria guerra fiscal entre estados e municípios; e equidade, para dosar de forma adequada o tratamento dos cidadãos e das empresas, eliminando privilégios e a atual regressividade, que condena os mais pobres a pagarem, proporcionalmente, mais impostos.

Promoveremos, ainda, a descentralização da autoridade para tributar, para que o dinheiro público seja gasto o mais perto possível de onde é arrecadado, promovendo a cidadania fiscal e o consequente aumento da responsabilidade com a utilização dos recursos públicos.

O Brasil tem um federalismo truncado, em que os estados e municípios não dispõem dos recursos financeiros, técnicos e gerenciais para realizar seu papel e responsabilidades a eles atribuídas pela Constituição Federal. Iremos implementar definitivamente o verdadeiro pacto federativo, que inspirou a Constituição. Para isso, a reforma tributária é condição necessária ao fortalecimento da capacidade financeira e de gestão dos municípios. Menos Brasília, mais Brasil.

Para corrigir a regressividade elevada do sistema tributário em nosso país e estimular o reinvestimento dos lucros na produção, adotaremos a tributação sobre dividendos, com redução simultânea do IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas), elevação da alíquota do imposto sobre herança, com isenções progressivas e o aumento da base de tributação sobre a propriedade.

Finalmente, vamos revisar o atual sistema brasileiro de tributação da pessoa jurídica. Hoje a administração pública e as empresas são reféns da complexidade das leis. A receita fica no papel cômodo de apenas verificar o que foi declarado, mas tem que lidar com estratégias de grandes corporações para escapar da alta tributação e as divergências levam anos para serem resolvidas na esfera administrativa e judicial. Isso não é bom para ninguém.

Vamos inverter os papéis, informando antecipadamente os critérios de interpretação da legislação. Investiremos em novas tecnologias para que todas as informações sobre o fato gerador sejam transparentes e disponíveis em um guia nacional para o pagamento de todos os tributos incidentes de forma integrada, eliminando a insegurança jurídica e propiciando significativa redução dos custos das empresas nos processos de recolhimentos de impostos.

O sistema financeiro brasileiro se tornou excessivamente concentrado. A reduzida competição entre os bancos é uma das principais razões para o alto custo do crédito e para a exclusão da população mais pobre dos serviços bancários. A revolução tecnológica digital em curso é uma oportunidade para promover a desconcentração e a inclusão bancária, levando o crédito e os serviços financeiros à população hoje excluída. Estimularemos a inovação no sistema financeiro com suporte às fintechs e

promoveremos gradual digitalização dos meios de pagamento, como forma também de combater a evasão fiscal, a corrupção e a lavagem de dinheiro. Daremos apoio aos bancos comunitários e à criação das moedas sociais, a fim de dinamizar e impulsionar o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.



MARINA SILVA

Para liderar esse projeto de transformação, projeto que não oferece um sonho a brasileiras e brasileiros, mas ferramentas para concretizar sonhos que as pessoas já sonham, ninguém mais indicado do que Marina Silva. Pois ela concretizou o próprio sonho e prosperou.

Não foi fácil. Nascida no Acre, de origem pobre, aprendeu a ler e a escrever só aos 16 anos. Marina criou suas oportunidades para prosperar. Acreditou que o estudo mudaria sua vida. Usou os serviços públicos de saúde e educação, vivenciou os desafios e dificuldades enfrentados por milhões de pessoas no Brasil.

Marina Silva conseguiu transformar sua realidade e hoje, como candidata à Presidência da República, se dispõe a liderar um ciclo de transformação e prosperidade para todo o povo brasileiro. Ela tem longa experiência política e de gestão. Foi professora da rede pública, vereadora, deputada estadual, senadora e ministra.

A candidata da Rede Sustentabilidade tem compromisso com a vida, com a democracia e com a ética. Por isso, nesta campanha, assim como nas anteriores, apresenta um programa de governo, um plano estratégico para o país. Sai do discurso vazio e entra na ação concreta, planejada e transformadora.

Marina Silva é íntegra e assim é reconhecida pelos brasileiros. Não esteve e não está envolvida em nenhum dos escândalos de corrupção. Ela é Ficha Limpa. Marina é nossa liderança para a transformação. Ela não está sozinha, pois o projeto que lidera é de todas, de todos e de cada um de nós, que acreditamos que é possível, e urgente, mudar.



2018

CHEGOU